

Diversificação na produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX*

Diversification in Agricultural and Livestock Production and Land Inequality in the State of Minas Gerais in the First Decades of the 20th Century

Luiz Mateus da Silva Ferreira e Ana Luiza Gomes Araújo**

Resumo: Com base nos dados do Censo Agrícola do Brasil de 1920, este trabalho oferece indicadores e estatísticas que permitem analisar a diversificação da produção agropecuária e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no conjunto do estado de Minas Gerais e nas regiões mineiras em 1920. A análise revela que, nessa época, apesar da importância da cafeicultura, a produção agrícola regional de Minas Gerais era bastante diversificada e fortemente vinculada ao cultivo de gêneros tradicionalmente destinados ao abastecimento do mercado interno. Este estudo ainda demonstra que, em 1920, o maior ou menor grau de diversificação na agricultura regional mineira não parece estar associado a maior ou menor desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Além disso, verifica-se que nas zonas mineiras produtoras de café, principal produto de exportação da economia brasileira na época, a desigualdade fundiária era relativamente baixa.

Palavras-chave: Desigualdade fundiária. Diversificação agrícola. Especialização produtiva regional. Minas Gerais.

Abstract: Based on data from the 1920 Brazilian Agricultural Census, this article offers statistics that allow an analysis of the diversification of agricultural production and land concentration in the Brazilian state of Minas

* Submissão: 24/04/2024 | Aprovação: 26/08/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i2.981

** Respectivamente: (1) Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil | ORCID: 0000-0002-8177-5443 | E-mail: luiz.ferreira@ufop.edu.br | (2) Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil | ORCID: 0009-0000-9005-7702 | E-mail: analuizaaraujo79.AL@gmail.com



Gerais and its regions in 1920. The analysis reveals that at that time, despite the importance of coffee farming, the regional agricultural production in Minas Gerais was quite diversified and strongly linked to the cultivation of genera traditionally intended to supply the domestic market. This article also demonstrates that, in 1920, the greater or lesser degree of diversification in regional agriculture in Minas Gerais does not seem to be associated with greater or lesser land concentration. Furthermore, it can be seen that in the coffee producing areas of Minas Gerais, the main export product of the Brazilian economy at the time, inequality in the distribution of land ownership was relatively low.

Keywords: Land inequality. Agricultural diversification. Regional productive specialization. Minas Gerais.

JEL: N56. Q10. R14.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, o café, principal produto de exportação do Brasil e motor da economia brasileira, ocupava lugar de destaque na estrutura produtiva de Minas Gerais, o segundo maior produtor cafeeiro do país, atrás do estado de São Paulo. A criação pecuária e a produção de laticínios eram outras importantes atividades da economia mineira naquela época (Brasil, 1923; 1924). Conforme sustentaram autores clássicos como Celso Furtado e Caio Prado Jr., ambas as atividades, cafeicultura de exportação e pecuária, encontram na posse e no uso extensivo da terra sua base organizacional (Furtado, 2005; Prado Jr., 2006). Assim sendo, a princípio, é de se supor que, nas primeiras décadas do século XX, a propriedade da terra no estado de Minas Gerais era fortemente concentrada. Nessa condição, também é razoável supor que a produção agropecuária mineira tendia a ser pouco diversificada.

Este artigo examina a estrutura produtiva agropecuária e a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Minas Gerais em 1920. A principal fonte utilizada é o Censo Agrícola do Brasil daquele ano. As estimativas apresentadas neste trabalho permitem avaliar a especialização e a diversificação da produção agropecuária no estado de Minas Gerais e nas regiões mineiras em 1920. Além disso, este artigo oferece indicadores que possibilitam analisar a relação entre estrutura das produções agrícolas e pecuárias e a desigualdade fundiária em Minas Gerais naquele ano. Os dados quantitativos e os resultados apresentados neste artigo são inéditos para o período e região analisados e preenchem parte da lacuna existente nos estudos de história econômica de Minas Gerais e do Brasil, uma vez que são escassas as informações e estatísticas sobre diversificação produtiva na agricultura e desigualdade fundiária no país nas primeiras décadas do século XX.

Diferentes estudos demonstram que a estrutura produtiva regionalmente heterogênea e a produção diversificada de gêneros agrícolas e pecuários, simples e transformados, orientada ao abastecimento interno de Minas Gerais e de outras regiões brasileiras, constituem duas das principais características do desenvolvimento econômico da província mineira no século XIX.¹ Martins (1980) foi um dos pioneiros no debate a respeito

¹ Nesse sentido, ver: Lenharo (1979), Libby (1988), Guimarães e Reis (1988), Paiva (1996), Chaves (1999), Paiva e Godoy (2002), Almeida (2001), Rodarte, Paula e Simões (2004), Carrara (2007) e Corrêa do Lago (2014).

da importância da dinâmica do próprio mercado interno no desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Conforme Martins (1980), a diversificação da produção agropecuária mineira foi principalmente estimulada pelo seu mercado interno, sendo as exportações para outras províncias do país relativamente menos relevantes para o conjunto da economia mineira. Crítico à tese de Martins (1980), Slenes (1988) destacou a interrelação entre os mercados externo e interno, destacando os efeitos positivos das exportações sobre as atividades produtiva e comercial locais. Conforme Slenes (1988), não apenas a demanda interna, mas também o setor exportador das regiões de *plantation* externas a Minas Gerais, notadamente o mercado do Rio de Janeiro, criou estímulos à produção e à diversificação da economia mineira.

A partir de um conjunto de novas evidências empíricas, Paiva (1996) retomou o debate entre Martins (1980) e Slenes (1988) ressaltando fatores negligenciados por esses dois autores. Paiva (1996) demonstra a heterogeneidade regional, complexidade, diversificação e dinâmica da atividade produtiva de Minas Gerais no século XIX, destacando a relevância dos mercados regionais da província mineira e os fortes vínculos da produção agropecuária de Minas Gerais com o abastecimento de outras regiões do país. Assim, Paiva (1996) argumenta que, na primeira metade do século XIX, Minas Gerais “estava longe de ser um sistema [econômico] fechado, sem no entanto colocar toda a economia interna em posição inteiramente subsidiária ao setor exportador” (Paiva, 1996, p. 106).

Paiva e Godoy (2002) sintetizam e, em parte, atualizam a pesquisa de Paiva (1996), ratificando a tese de que, na primeira metade do século XIX, a economia mineira possuía uma estrutura produtiva regionalmente dinâmica e heterogênea, com produção diversificada e fortemente vinculada ao abastecimento dos mercados provincial e interprovincial. Conforme Paiva e Godoy (2002), naquela época, as atividades ligadas à produção e comércio de gêneros agrícolas e pecuários, simples e transformados, destinados aos mercados regionais de Minas Gerais e aquelas voltadas ao abastecimento de outras províncias brasileiras coexistiam em regime de complementaridade e interdependência.

Para Rodarte, Paula e Simões (2004), a heterogeneidade e diversificação da estrutura produtiva regional da economia mineira foram fatores determinantes para evitar o atrofiamento e a crise geral na província

quando a exploração de ouro e diamantes em Minas Gerais entrou em declínio. Interpretação semelhante é a de Corrêa do Lago (2014, p. 41), que diz: “Durante a fase de prosperidade da mineração [...], não existia em Minas Gerais, de forma alguma, uma especialização exclusiva na atividade mineradora”. Conforme esse autor, embora a exploração aurífera tenha sido, durante muito tempo, a atividade nuclear da economia mineira, entre as principais características do desenvolvimento econômico de Minas Gerais estão a sua estrutura produtiva regionalmente heterogênea e a produção agrícola e pecuária diversificada (Corrêa do Lago, 2014).

As estatísticas e indicadores apresentados neste estudo demonstram que, em 1920, apesar da importância da cafeicultura exportadora, a produção agropecuária de Minas Gerais era regionalmente diversificada, predominando a comercialização de gêneros tradicionalmente destinados ao abastecimento dos mercados estadual e nacional. Assim, os resultados deste estudo reforçam a tese de que entre as principais características do desenvolvimento econômico de Minas Gerais estão a estrutura produtiva regionalmente heterogênea, bem como a diversificação da produção agropecuária orientada ao abastecimento interno. Além disso, constata-se que o maior ou menor grau de diversificação na agricultura nas regiões mineiras não parece estar associado a maior ou menor desigualdade fundiária. Esta, porém, parece ser mais forte nas regiões onde a atividade pecuária era mais relevante em 1920.

Para a análise dos dados, este estudo dividiu o território de Minas Gerais de 1920 em oito grandes regiões: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste, Norte, Central, Sul, Leste, Centro-Oeste e Mata. A Figura 1 mostra essa divisão regional.²

² A distribuição regional dos municípios mineiros de 1920 é apresentada no Quadro A1 do Apêndice.

Figura 1 – Regiões do Estado de Minas Gerais em 1920

Fonte: elaboração dos autores a partir das informações da base cartográfica do IBGE.

Essa regionalização parte da divisão regional utilizada por Wirth (1982) para analisar as características e evolução da economia de Minas Gerais entre 1889 e 1937.³ Conforme o autor, nessa época, o estado mineiro era comumente dividido em sete regiões cujas fronteiras eram aproximações que refletiam diferentes padrões de povoamento, assim como as mudanças sociais, políticas e econômicas em Minas Gerais durante a Primeira República. Não obstante, Wirth (1982, p. 41) adverte que as “sete zonas em que se costumam dividir o estado [mineiro] apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns” para definição precisa do recorte regional. Para contornar potenciais problemas decorrentes das especificidades regionais, evitar arbitrariedades na delimitação das fronteiras geográficas e agrupar de maneira consistente os dados agrícolas e pecuários dos municípios mineiros de 1920, este trabalho utilizou o conceito de áreas mínimas comparáveis (AMC), o histórico da divisão territorial e a genealogia dos municípios mineiros como critérios na definição da regionalização do estado de Minas Gerais em 1920 (Figura 1).⁴ É importante observar que

³ Wirth (1982) apresenta a seguinte divisão regional para o estado de Minas Gerais no período por ele analisado: Triângulo, Oeste, Norte, Sul, Leste, Central e Mata.

⁴ O histórico da divisão territorial dos municípios de Minas Gerais e as orientações necessárias para agrupar as informações municipais em AMC estão, respectivamente, disponíveis nas bases de dados

as AMC não se referem “a uma divisão política ou administrativa, mas simplesmente à área agregada do menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes” (Reis *et al.*, 2011, p. 5).

Para apresentar esses resultados, este trabalho foi dividido em cinco seções incluindo esta introdução. A primeira seção examina a estrutura da produção agropecuária regional e estadual de Minas Gerais em 1920. A segunda seção apresenta os níveis de especialização e diversificação na agricultura mineira da época. Na terceira seção são analisadas a estrutura fundiária e a desigualdade da distribuição da propriedade da terra nas regiões e no estado de Minas Gerais como um todo em 1920. A quarta seção discute a relação entre desigualdade fundiária e estrutura produtiva agrícola regional em Minas Gerais naquele ano. Por fim, na quinta seção, são apresentadas as principais conclusões deste estudo.

1. Estrutura da produção agropecuária regional de Minas Gerais em 1920

1.1 Pecuária

Em 1920, Minas Gerais concentrava 21,5% do rebanho brasileiro de bovinos, principal espécie de gado pecuário do país. Em números absolutos, Minas Gerais era o estado brasileiro com o segundo maior rebanho bovino do país, atrás do Rio Grande do Sul (Brasil, 1923). Na época, as regiões Triângulo Mineiro e Sul de Minas concentravam, juntas, mais de 40% do número total de cabeças de gado bovino de Minas Gerais; porém, a importância da criação bovina na estrutura da atividade pecuária dessas regiões era significativamente distinta. As Tabelas 1 e 2 a seguir mostram que, no Triângulo Mineiro, o gado bovino correspondia a quase 60% do total dos rebanhos de todas as espécies recenseadas nessa região, enquanto no Sul de Minas, onde predominava a criação de suínos, o gado bovino representava 44,1% do rebanho total. Além disso, nota-se que, em 1920, a criação de bovinos tinha maior importância relativa na estrutura da atividade pecuária do Noroeste mineiro (83,1%), bem como era relativamente importante nas regiões Centro-Oeste (65,8%), Norte (62,4%) e Central (53,4%) de Minas Gerais (Tabela 2).

digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<https://cidades.ibge.gov.br>) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (<http://www.ipeadata.gov.br>).

Tabela 1 – Número de cabeças e participação das regiões mineiras na criação do gado existente nos imóveis rurais recenseados em 1920 no estado de Minas Gerais segundo as espécies

Região/MG	Bovina		Equina		Muar		Ovina		Caprina		Suína		Rebanho Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Central	739.976	10,8	134.097	14,5	79.685	27,1	15.109	6,4	8.448	5,4	408.657	9,6	1.385.972	10,9
Centro-Oeste	774.835	11,3	64.332	6,9	13.270	4,5	18.171	7,6	4.614	2,9	302.815	7,1	1.178.037	9,3
Leste	575.211	8,4	139.833	15,1	67.509	23,0	43.361	18,2	30.795	19,5	852.775	20,1	1.709.484	13,4
Noroeste	405.930	5,9	42.059	4,5	2.721	0,9	1.970	0,8	2.698	1,7	32.852	0,8	488.230	3,8
Norte	777.241	11,3	158.942	17,1	31.387	10,7	28.792	12,1	29.027	18,4	220.154	5,2	1.245.543	9,8
Sul	1.365.667	19,9	181.907	19,6	44.528	15,2	73.235	30,8	36.145	22,9	1.395.909	32,9	3.097.391	24,3
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.462.278	21,3	105.757	11,4	13.552	4,6	37.076	15,6	9.979	6,3	358.174	8,4	1.986.816	15,6
Mata	774.820	11,3	100.245	10,8	41.092	14,0	20.096	8,5	36.082	22,9	668.382	15,8	1.640.717	12,9
Minas Gerais	6.875.958	100	927.172	100	293.744	100	237.810	100	157.788	100	4.239.718	100	12.732.190	100

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1923, p. 60-61 e 454-465).

Tabela 2 – Minas Gerais: proporção da composição do rebanho de gado existente nas regiões mineiras em 1920 segundo as espécies

Região	Bovina	Equina	Muar	Ovina	Caprina	Suína	Total
Central	53,4%	9,7%	5,7%	1,1%	0,6%	29,5%	100%
Centro-Oeste	65,8%	5,5%	1,1%	1,5%	0,4%	25,7%	100%
Leste	33,6%	8,2%	3,9%	2,5%	1,8%	49,9%	100%
Noroeste	83,1%	8,6%	0,6%	0,4%	0,6%	6,7%	100%
Norte	62,4%	12,8%	2,5%	2,3%	2,3%	17,7%	100%
Sul	44,1%	5,9%	1,4%	2,4%	1,2%	45,1%	100%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	73,6%	5,3%	0,7%	1,9%	0,5%	18,0%	100%
Mata	47,2%	6,1%	2,5%	1,2%	2,2%	40,7%	100%

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1923, p. 454-465).

Nas primeiras décadas do século XX, uma parcela importante do rebanho bovino das regiões Centro-Oeste, Noroeste, Triângulo Mineiro, Mata e Sul de Minas abastecia abatedouros e frigoríficos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses dois estados brasileiros também estavam entre os principais mercados consumidores da produção mineira de suínos e seus derivados, especialmente porco salgado, toucinho e salsicha. Além disso, no conjunto da atividade pecuária mineira, destaca-se a produção de laticínios (leite, manteiga e queijo), atividade na qual Minas Gerais possuía proeminência entre os estados brasileiros. Cabe destacar que, em 1920, o estado mineiro era responsável por nada menos que metade da produção de leite do Brasil, enquanto o famoso queijo de Minas representava mais de 60% do total da produção nacional de queijo; Minas Gerais também era o segundo maior produtor de manteiga do país, atrás do Rio Grande do Sul, sendo o estado mineiro responsável pela fabricação de aproximadamente 30% da produção nacional (Brasil, 1924).

A zona da Mata (33,1%) e o Sul de Minas (33,6%) eram as principais regiões produtoras de leite do estado mineiro em 1920, concentrando mais de dois terços da produção estadual. Além disso, essas duas regiões produziram, juntas, mais da metade do queijo e da manteiga fabricados em Minas Gerais na época. A Tabela 3 mostra as participações regionais no total da produção de laticínios de Minas Gerais em 1920.

Tabela 3 – Minas Gerais: participação regional na produção de laticínios em 1920 (em %)

Região/MG	Produção de laticínios em %		
	Leite	Manteiga	Queijo
Central	19,2	23,0	22,4
Centro-Oeste	10,6	14,7	8,7
Leste	1,35	1,9	3,6
Noroeste	0,10	0,5	0,4
Norte	0,3	0,8	2,5
Sul	33,6	39,4	28,2
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,8	5,8	9,0
Mata	33,1	14,0	25,2
Minas Gerais	100	100	100

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1924, p. 462-474).

Resumindo, em 1920, a atividade pecuária ocupava lugar de destaque na economia de Minas Gerais. Regionalmente, a zona da Mata e o Sul de Minas sobressaíam-se na produção de laticínios e na fabricação de gêneros derivados de suínos. Por outro lado, as regiões Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e Noroeste de Minas destacavam-se na criação e na comercialização de gado vivo. Não obstante, em 1920, a pecuária era o segundo setor mais importante da economia mineira, atrás da agricultura, cuja produção será avaliada na próxima seção.

1.2 Agricultura

Em 1920, o café, principal produto de exportação do Brasil na época, ocupava quase 42% da área cultivada nas propriedades agrícolas de Minas Gerais, que, naquele ano, produziu cerca de um terço da safra brasileira de café. A relevância da cafeicultura na agricultura mineira nessa época é indiscutível, porém a Tabela 4, a seguir, mostra que as diferenças regionais no cultivo do café eram consideráveis no estado mineiro. Por exemplo, enquanto as regiões Mata, Leste e Sul de Minas tinham mais de 40% de suas terras cultivadas produzindo café, as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais apresentavam participações ínfimas na cafeicultura.

Igualmente consideráveis naquela época eram as variações regionais

no cultivo de milho e feijão em Minas Gerais. Embora fossem gêneros comuns e geralmente produzidos em praticamente todas as regiões brasileiras, em 1920 quase metade da área das terras cultivadas no Brasil com milho e feijão pertencia a propriedades rurais mineiras. Assim, nessa época, o cultivo desses dois gêneros, cujas produções eram basicamente destinadas ao abastecimento do mercado interno, era destaque na agricultura de Minas Gerais. Em 1920, as regiões Noroeste, Central, Norte e Centro-Oeste de Minas tinham mais da metade de sua área plantada com milho e feijão. Esses produtos, cujo cultivo geralmente era associado na mesma lavoura, também ocupavam grande parcela das terras cultivadas no Triângulo Mineiro. Em menor proporção, Mata, Leste e Sul de Minas, regiões onde predominava o cultivo de café, também possuíam uma área significativa plantada com milho e feijão (Tabela 4).

Ainda conforme a Tabela 4, diferentes gêneros agrícolas como mandioca, trigo, batata inglesa, maniçoba, mamona, algodão, coco e cacau, reunidos nas Tabelas 4 e 5 a seguir como Diversos, assim como a lavoura de cana de açúcar, tinham maior participação na área cultivada de regiões onde a cafeicultura era relativamente pequena, como no Noroeste e Norte de Minas. Por outro lado, o arroz, pouco cultivado nas zonas cafeeiras da Mata e Sul, ocupava mais de um quinto da extensão das lavouras do Triângulo Mineiro, onde as plantações de cereais (arroz, milho e trigo) representavam mais de 63% da área das terras cultivadas nessa região em 1920.

Ainda assim, verifica-se na Tabela 5 que as zonas cafeeiras da Mata e Sul eram as principais regiões de produção agrícola de Minas Gerais em 1920. Nota-se que, além de apresentarem as maiores participações na área plantada com café, o Sul e a Mata também estavam entre as regiões mineiras com as maiores participações na área total plantada com milho, feijão e arroz no estado de Minas Gerais. Somadas, as lavouras dessas duas regiões ocupavam mais de 60% da área total cultivada nas propriedades rurais mineiras em 1920.

Tabela 4 – Participação na área plantada de diferentes produtos em relação à área total cultivada das regiões de Minas Gerais em 1920 (em %)

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Fumo	Café	Diversos*
Central	46,9	4,8	11,0	12,2	0,2	21,9	3,1
Centro-Oeste	42,3	9,8	11,5	7,4	0,2	25,9	3,0
Leste	19,5	10,5	10,3	7,4	0,9	44,7	6,7
Noroeste	38,0	18,2	22,2	16,3	0,1	1,2	3,9
Norte	32,4	12,4	21,0	10,4	2,3	7,1	14,4
Sul	32,9	5,8	11,6	4,2	3,9	40,7	0,9
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	36,7	26,9	12,3	7,1	0,5	14,7	1,9
Mata	19,2	3,6	6,7	10,0	0,5	59,7	0,4
Total Minas Gerais	29,0	7,5	10,1	8,0	1,5	41,8	2,2

* Nota: inclui os seguintes produtos: trigo, mandioca, algodão, mamona, maniçoba, coco, batata inglesa e cacau.

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1924, p. 278-289).

Tabela 5 – Participação regional na área plantada com produtos em relação à área total cultivada no estado de Minas Gerais em 1920 (em %)

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Café	Fumo	Diversos*	Total
Central	16,0	6,3	10,8	15,0	5,2	1,4	13,7	9,9
Centro-Oeste	9,7	8,6	7,6	6,1	4,1	1,1	8,8	6,6
Leste	7,2	15,1	11,0	10,0	11,5	6,2	32,7	10,8
Noroeste	0,8	1,6	1,4	1,3	0,02	0,1	1,2	0,6
Norte	3,3	4,9	6,2	3,9	0,5	4,6	19,5	3,0
Sul	30,8	21,1	31,3	14,2	26,5	72,9	11,5	27,2
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	9,0	25,6	8,7	6,3	2,5	2,2	6,1	7,1
Mata	23,1	16,7	23,0	43,4	49,7	11,5	6,4	34,8
Total Minas Gerais	100	100	100	100	100	100	100	100

* Nota: inclui os seguintes produtos: trigo, mandioca, algodão, mamona, maniçoba, coco, batata inglesa, cacau.
Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1924, p. 278-289).

Ainda conforme a Tabela 5, a zona da Mata possuía mais de 40% das terras mineiras cultivadas com cana de açúcar, enquanto o Sul de Minas concentrava 72,3% das plantações de fumo de Minas Gerais. As zonas cafeeiras da Mata e Sul ainda reuniam, juntas, 62% da área total cultivada no estado mineiro com diversos produtos agrícolas. Assim, mesmo direcionando menos hectares de sua área de cultivo agrícola para o plantio de gêneros que não o café, a extensão absoluta de terras cultivadas com alimentos destinados ao abastecimento interno garantia às regiões cafeeiras da Mata e Sul de Minas uma posição de destaque na agricultura não exportadora do estado mineiro em 1920. Por outro lado, nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, o cultivo de gêneros agrícolas de exportação (cana de açúcar, café, fumo), assim como a lavoura de produtos tradicionalmente destinados ao abastecimento do mercado interno (milho, arroz e feijão), tinha pouca ou nenhuma expressividade no conjunto da agricultura estadual (Tabela 5). Assim, ao que tudo indica, a produção agrícola dessas regiões possuía fraca integração comercial no circuito exportador da época, o que parece ter limitado o crescimento econômico regional do Norte e Noroeste do estado mineiro, reconhecidamente as regiões mais pobres e desiguais de Minas Gerais.

Em suma, o café, principal produto de exportação da economia brasileira nas primeiras décadas do século XX, destacava-se como gênero dominante na estrutura produtiva agrícola de Minas Gerais em 1920. Paralelamente, diferentes culturas de alimentos tradicionalmente destinados ao abastecimento do mercado interno ocupavam parcela considerável da área total cultivada das propriedades rurais mineiras naquele ano. Na época, as variações regionais no cultivo agrícola eram significativas, com algumas regiões como o Triângulo Mineiro, Noroeste e Norte de Minas concentrando-se no cultivo de produtos que não eram destinados à exportação. Ainda assim, as zonas cafeeiras da Mata e Sul de Minas apresentavam as maiores participações no cultivo de gêneros geralmente destinados ao abastecimento interno (milho, arroz e feijão). A próxima seção examina detalhadamente a diversificação da agricultura mineira em 1920.

2. Diversificação da produção agropecuária regional em Minas Gerais

Com o objetivo de avaliar a diversificação regional na agricultura mineira em 1920, foram estimados índices de especialização produtiva, que, dentro das delimitações e objetivos deste estudo, relacionam a área de cultivo de um produto específico em uma determinada região de Minas Gerais e a área total ocupada com a plantação desse produto no conjunto do estado mineiro. Segundo Colistete (2015), o índice de especialização na produção agrícola pode ser calculado como:

$$esp_{ag} = \frac{\frac{e_i}{e}}{\frac{E_i}{E}}$$

onde esp_{ag} é o índice de especialização agrícola; e_i é a área cultivada com o produto i na região; e é a área cultivada total na região; E_i é a área cultivada com o produto i no estado mineiro; e E é a área cultivada total em Minas Gerais. Assim sendo, um esp_{ag} superior a 1 (um) indica especialização de cultivo de determinado gênero agrícola na região especificada.

O índice de especialização produtiva ou quociente locacional “busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida”, explica Paiva (2006, p. 92). Ainda segundo esse autor, não há apenas uma definição para o termo especialização. Dessa forma, o índice de especialização agrícola não será entendido neste estudo como sinônimo de monocultura, e sim pela “perspectiva de que uma economia pode ser multiespecializada; o que implica negar e dialetizar a oposição simples entre especialização e diversificação” (Paiva, 2006, p. 91).

A Tabela 6 apresenta as estimativas do índice de especialização agrícola das regiões de Minas Gerais em 1920. Verifica-se que as três principais áreas cafeeicultoras mineiras da época – Zona da Mata, Sul e Leste de Minas – possuíam especialização produtiva no cultivo de café. Além desse gênero, o Leste era especializado no cultivo de arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas; o Sul na produção de milho, feijão e fumo; e a zona da Mata no cultivo de cana de açúcar (Tabela 6).

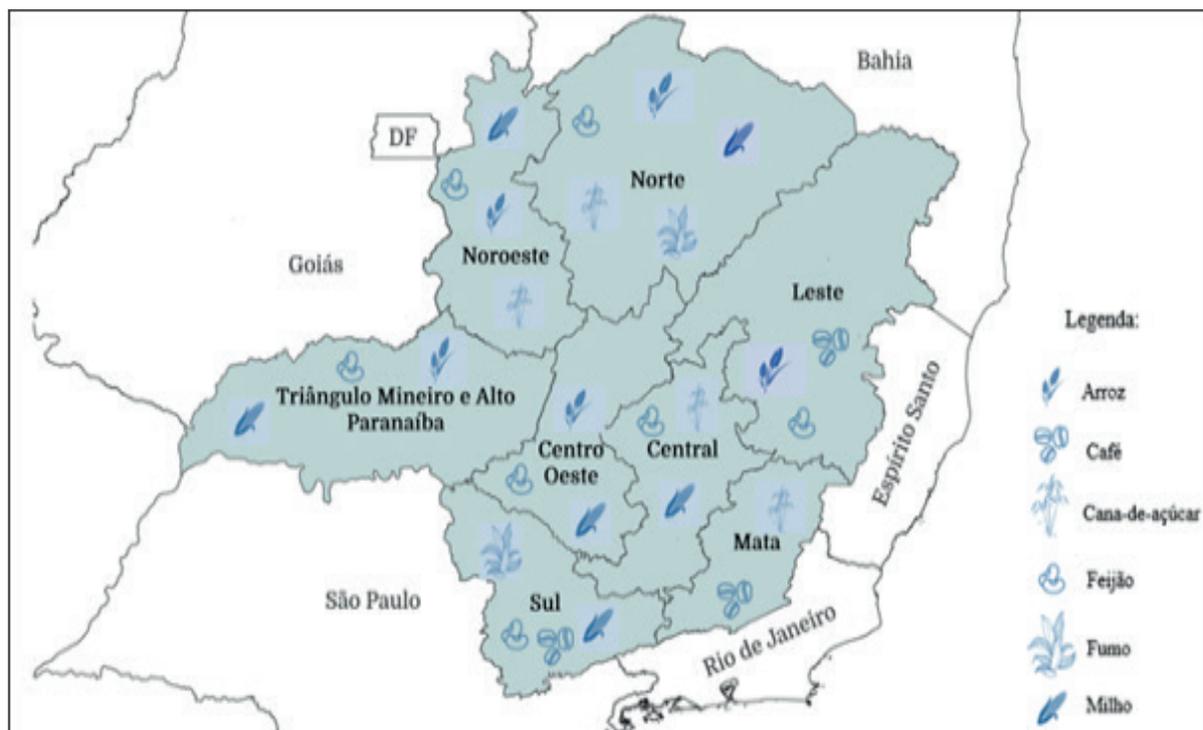
Tabela 6 – Minas Gerais: especialização agrícola por região segundo a área cultivada, 1920

Região/MG	Milho	Arroz	Feijão	Cana de açúcar	Café	Fumo	Diversos*
Central	1,62	0,64	1,09	1,52	0,53	0,14	1,39
Centro-Oeste	1,46	1,31	1,14	0,92	0,62	0,16	1,34
Leste	0,67	1,40	1,03	0,93	1,07	0,58	3,04
Noroeste	1,31	2,44	2,20	2,03	0,03	0,09	1,79
Norte	1,12	1,66	2,09	1,29	0,17	1,55	6,54
Sul	1,14	0,78	1,15	0,52	1,00	2,68	0,42
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,27	3,60	1,22	0,88	0,35	0,32	0,86
Mata	0,66	0,48	0,66	1,25	1,43	0,33	0,18
Minas Gerais	1,23	0,93	1,00	1,29	1,25	0,92	0,13

Fonte: calculado a partir do Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1924, p. 278-289).

Ainda conforme a Tabela 6, as regiões Centro-Oeste, Norte e Noroeste de Minas Gerais apresentavam especialização produtiva na agricultura não exportadora, isto é, no cultivo de milho, arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas destinados ao mercado interno. Além dessas culturas, o Norte e Noroeste de Minas eram especializados na produção de cana de açúcar, assim como a região Central, que também possuía especialização produtiva no cultivo de milho, feijão e diversos. Igualmente, o Triângulo Mineiro era especializado na produção de gêneros agrícolas tradicionalmente destinados ao abastecimento do mercado interno. A Figura 2 mostra mais nitidamente as especializações agrícolas regionais de Minas Gerais em 1920.

Figura 2 – Minas Gerais: especialização agrícola regional em 1920



Nota: a Figura 2 foi elaborada pelos autores a partir das informações da base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados referentes às Áreas Mínimas Comparáveis (AMC) para 1920, disponibilizados no Ipeadata. A relação dos municípios de Minas Gerais em 1920 conforme suas regiões está no Quadro A1 do Apêndice. Sobre AMC, ver Reis *et al.* (2011).

Fonte: Tabela 6.

Por outro lado, na Figura 3, nota-se que, em 1920, as regiões Central, Triângulo Mineiro, Centro-Oeste, Norte e Noroeste de Minas apresentavam especialização na criação pecuária bovina, enquanto as zonas Mata, Leste e Sul de Minas tinham especialização na criação de suínos.

Figura 3 – Minas Gerais: especialização regional na criação pecuária em 1920



Fonte: elaboração dos autores a partir do Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1923).

Ainda conforme a Tabela 6, o estado de Minas Gerais, segundo maior produtor cafeeiro do Brasil, apresentava, em 1920, especialização produtiva não apenas no cultivo de café, mas também na produção de milho, feijão e cana de açúcar. Além disso, nessa época, o estado mineiro possuía especialização produtiva na criação de bovinos e suínos. Portanto, os índices de especialização agrícola e pecuária de Minas Gerais sugerem que, por volta de 1920, a diversificação agropecuária regional, bem como no estado mineiro como um todo, era muito maior do que se tende a presumir a partir da análise agregada da economia de Minas Gerais ou do estudo do contexto econômico brasileiro da época, reconhecidamente marcado pelo predomínio da cafeicultura. Ainda assim, convém avaliar se, em 1920, o grau de diversificação na agricultura mineira estava associado à extensão da área cultivada com café ou, ainda, se era influenciado pela atividade pecuária extensiva. Para tanto, estimou-se o grau de diversificação da área cultivada nas regiões mineiras e no conjunto do estado de Minas Gerais em 1920.

Conforme Colistete (2015), analogamente ao índice de especialização produtiva, o grau de diversificação agrícola pode ser calculado como:

$$\text{Índice de diversificação agrícola} = 1 - \left(\frac{\text{percentual da área total cultivada com produtos } n}{\text{número de produtos } n} \right)$$

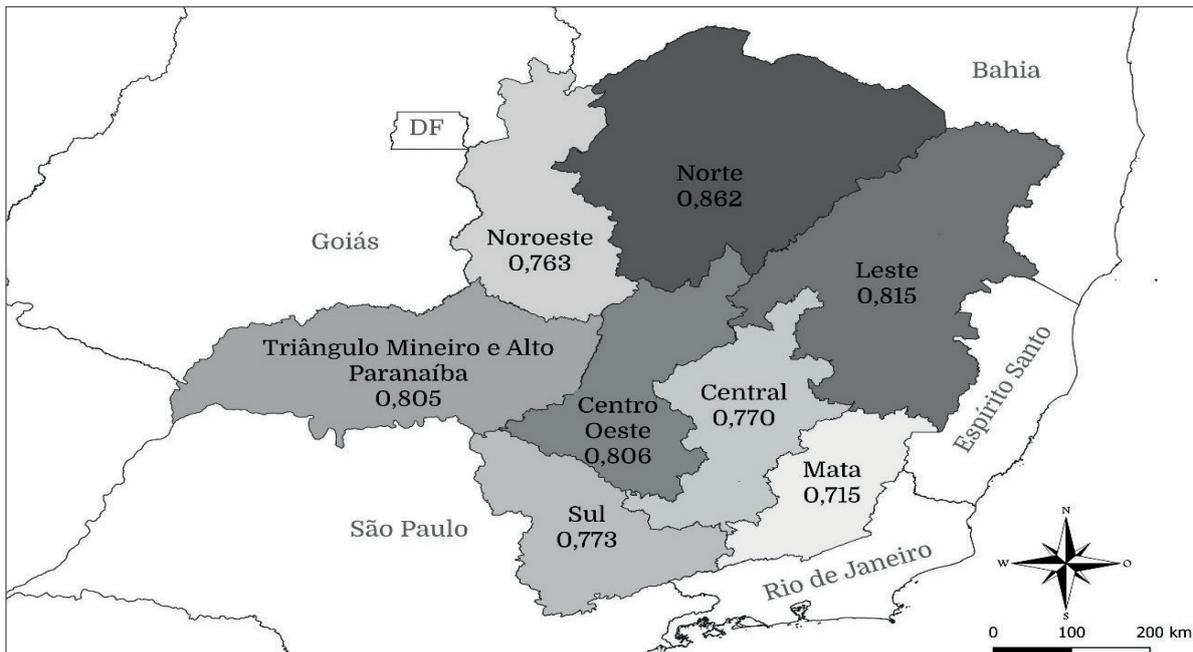
onde “produtos n ” corresponde aos gêneros agrícolas com 5% ou mais de área cultivada na região. Singh e Dhillon (2004) explicam que o índice de diversificação agrícola permite generalizar a relação entre a vantagem comparativa do cultivo de determinado produto rural e o número de gêneros agrícolas cultivados na região, uma vez que o predomínio do cultivo de determinado produto influencia outras culturas. Assim, quanto maior o número de produtos e quanto mais próximo for o percentual da área cultivada dos gêneros agrícolas de uma região, maior será o índice de diversificação agrícola (Singh; Dhillon, 2004).⁵

A Figura 4 mostra as estimativas dos índices de diversificação agrícola das regiões mineiras em 1920.⁶ Nota-se que, nessa época, o Norte (0,862), Centro-Oeste (0,806) e Triângulo Mineiro (0,805) estavam entre as áreas com os maiores índices de diversificação agrícola de Minas Gerais. Além disso, nessa época, essas três regiões apresentavam especialização produtiva na criação de bovinos, sendo essa uma atividade característica dessas regiões (Figura 3). Por outro lado, é importante observar que, apesar da diversificação na agricultura, grande parte da produção agrícola dessas três regiões era de gêneros comuns (arroz, feijão, milho) geralmente destinados à subsistência. Assim sendo, o alto grau de diversificação agrícola observado no Triângulo Mineiro, Norte e Centro-Oeste não parece ter influenciado na dinâmica do desenvolvimento dessas regiões, reconhecidamente especializadas na atividade pecuária.

⁵ O índice de diversificação agrícola varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1 (um), maior a diversificação produtiva.

⁶ Ver também a Tabela A2 do Apêndice.

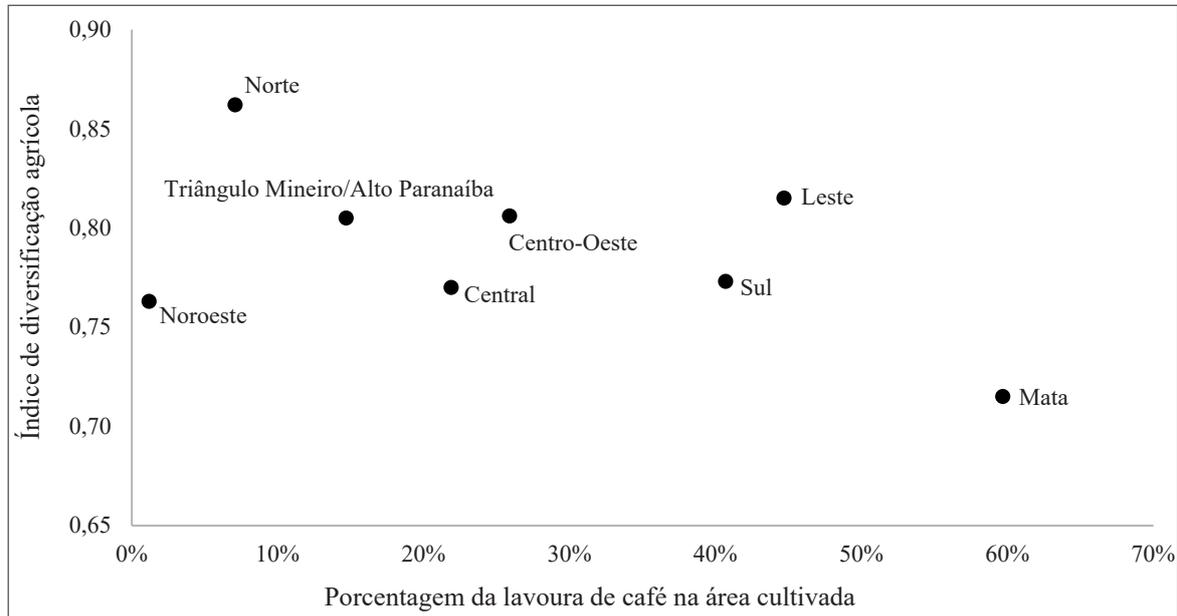
Figura 4 – Minas Gerais: diversificação agrícola regional em 1920



Fonte: elaboração dos autores a partir do Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1924).

A Figura 5 revela a existência de uma relação inversa entre índice de diversificação agrícola e participação da lavoura cafeeira no total da área cultivada nas regiões de Minas Gerais em 1920. Essa relação é observada mesmo nas regiões não especializadas na produção de café, como a Central e Centro-Oeste de Minas. É importante observar que a diminuição do índice de diversificação agrícola à medida que a área cultivada com café aumenta não significava que o cultivo de outros gêneros agrícolas era inexpressivo nas principais zonas cafeeiras de Minas Gerais. Aliás, como visto, o Sul de Minas, embora fosse uma das mais importantes regiões produtoras de café do estado mineiro, possuía as maiores áreas cultivadas com produtos destinados ao abastecimento do mercado interno, como milho, arroz e feijão. Além disso, o Sul de Minas concentrava grande parte do rebanho de gado bovino estadual, além de ser o principal produtor de laticínios de Minas Gerais em 1920.

Figura 5 – Minas Gerais: área cultivada com café e diversificação agrícola regional em 1920



Fonte: Tabela 4 e Tabela A1 do Apêndice.

Ainda convém observar, apesar da importância da lavoura do café na área cultivada no Leste de Minas, essa região possuía o segundo maior índice de diversificação agrícola do estado mineiro em 1920. Esse resultado parece estar relacionado à menor desigualdade na distribuição da propriedade fundiária nessa região, como sugerem os indicadores apresentados na próxima seção.

3. Distribuição da propriedade fundiária no estado de Minas Gerais em 1920

O Censo Agrícola do Brasil de 1920 apurou informações de 115.655 estabelecimentos rurais de Minas Gerais. Somadas, as áreas desses imóveis totalizavam 27.390.536 hectares, o que correspondia a 46,1% da superfície territorial do estado mineiro e 15,6% da área total das propriedades agrícolas recenseadas no Brasil naquele ano. A Tabela 7 apresenta as estatísticas agrárias de Minas Gerais em 1920. Nota-se que, em 1920, mais de 60% dos estabelecimentos rurais mineiros possuíam menos de 101 hectares, isto é, eram pequenas e médias propriedades agrícolas. Segundo Wirth (1982), os imóveis rurais de Minas Gerais que, em 1920, tinham menos de 101 hectares podiam ser classificados como pequenas (menos

de 41 hectares) e médias (entre 41 e 100 hectares) propriedades. Ainda segundo esse autor, as grandes fazendas mineiras possuíam entre 101 e 1.000 hectares de terras, enquanto os latifúndios tinham mais de 1.000 hectares de terras (Wirth, 1982).⁷

Tabela 7 – Distribuição das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área média em hectares	Área total em hectares	%
Menos de 41 hectares	37.375	32,32	21	790.151	2,88
41 a 100 hectares	32.650	28,23	69	2.247.844	8,21
101 a 200 hectares	19.966	17,26	149	2.975.413	10,86
201 a 400 hectares	12.883	11,14	290	3.731.492	13,62
401 a 1.000 hectares	8.773	7,59	629	5.520.726	20,16
1.001 a 2.000 hectares	2.440	2,11	1.421	3.466.410	12,66
2.001 a 5.000 hectares	1.174	1,02	3.100	3.638.838	13,29
5.001 a 10.000 hectares	261	0,23	7.031	1.835.076	6,70
10.001 a 25.000 hectares	95	0,08	14.065	1.336.211	4,88
25.001 e mais hectares	38	0,03	48.641	1.848.375	6,75
Total	115.655	100	237	27.390.536	100

Fonte: Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1923, p. 42-43).

A Tabela 8 mostra que, em 1920, as grandes propriedades correspondiam a 36% dos 115.655 imóveis rurais recenseados no estado de Minas Gerais, enquanto os latifúndios representavam 3,5% desse total.

⁷ As observações de Wirth (1982) se aproximam da classificação fundiária de Prado Jr. (1945), que, baseado em características típicas das fazendas paulistas, definiu grandes propriedades como aquelas que tinham de 100 a 500 alqueires e latifúndios como fazendas com mais de 500 alqueires. Como pequenas propriedades, aquelas contendo até 25 alqueires; propriedades médias, entre 25 e 100 alqueires; e grandes fazendas, como aquelas com mais de 100 alqueires. Mais tarde, Milliet (1946) observou que, entre propriedades de 100 e 500 alqueires, existiam características distintas. Assim sendo, ele sugeriu que as fazendas com mais de 500 alqueires seriam mais bem caracterizadas como latifúndios, incluindo, desse modo, uma classe de propriedade na classificação originalmente proposta por Caio Prado Jr. Em hectares, a classificação Prado Jr. e Milliet seria a seguinte: menos de 60,5 hectares para pequenas propriedades; entre 60,5 e 242 hectares para propriedades médias; mais de 242 hectares e menos de 1.210 hectares para grandes estabelecimentos agrícolas; mais de 1.210 hectares para latifúndios.

Tabela 8 – Classificação das propriedades rurais do estado de Minas Gerais em 1920

Classificação das propriedades	Número de propriedades	%	Área média em hectares	Área total em hectares	%
Pequenas e médias	70.025	60,5	43	3.037.995	11,1
Grandes	11.213	36,0	294	12.227.631	44,6
Latifúndios	1.568	3,5	3.025	12.124.910	44,3
Total	115.655	100	237	27.390.536	100

Fonte: Tabela 7.

Vê-se na Tabela 8 que, apesar do predomínio do número de pequenas e médias propriedades na estrutura fundiária de Minas Gerais, a área total ocupada por esses imóveis representava apenas 11,1% da extensão total das terras dos estabelecimentos rurais recenseados no estado mineiro em 1920. Por outro lado, a superfície territorial ocupada pelas grandes fazendas era mais de quatro vezes maior do que a área total das pequenas e médias propriedades. Além disso, na Tabela 8, chama a atenção o fato de que os latifúndios representavam apenas 3,5% dos imóveis rurais de Minas Gerais, mas ocupavam uma área quatro vezes superior à soma das extensões das pequenas e médias propriedades mineiras. Essa disparidade na distribuição da terra sugere que, em 1920, o predomínio do número absoluto de pequenas e médias propriedades não se traduziu em menor desigualdade fundiária no estado mineiro, conforme indica o índice de Gini de 0,726 apresentado na Tabela 9.

Tabela 9 – Desigualdade da área apropriada por proprietários de terra nas regiões e estado de Minas Gerais em 1920

Regiões/MG	Gini
Noroeste	0,770
Norte	0,740
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	0,711
Centro-Oeste	0,697
Sul	0,688
Central	0,644
Mata	0,618

(continua)

Tabela 9 – Desigualdade da área apropriada por proprietários de terra nas regiões e estado de Minas Gerais em 1920

Regiões/MG	Gini
Leste	0,592
Minas Gerais	0,726

Nota: o índice de desigualdade de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita desigualdade), de modo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1 (um), maior a desigualdade. A metodologia utilizada neste estudo para estimação do Gini segue Hoffmann (1979; 1998).

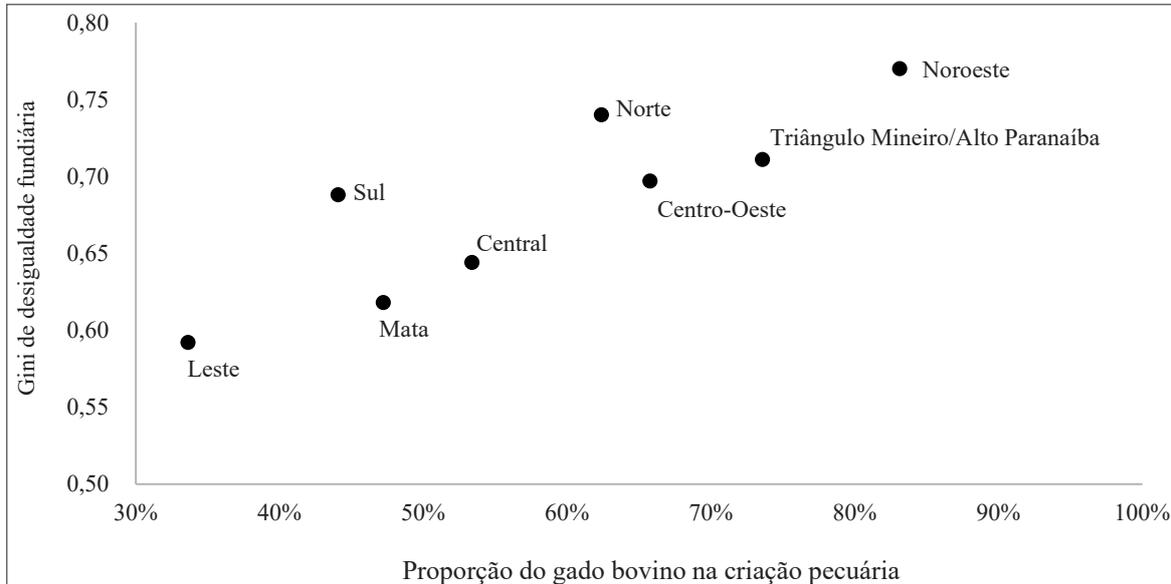
Fonte: calculado a partir do Censo Agrícola de 1920 (Brasil, 1923, p. 153-163).

Regionalmente, verifica-se na Tabela 9 que, em 1920, o Triângulo Mineiro, Noroeste, Norte e Centro-Oeste de Minas, na época regiões especializadas na pecuária bovina (Figura 3), possuíam os maiores índices de desigualdade fundiária entre proprietários de terras no estado mineiro. Cabe destacar que, em 1920, quase 75% dos estabelecimentos agrícolas do Norte de Minas eram pequenas e médias propriedades. Mesmo assim, esses imóveis rurais ocupavam pouco mais de 10% da área total dos estabelecimentos agrícolas recenseados nessa região, enquanto as terras das grandes propriedades e latifúndios compreendiam quase 90% da extensão territorial total dos imóveis rurais do Norte de Minas. Na mesma época, no Noroeste do estado mineiro, a estrutura fundiária era predominantemente composta por grandes propriedades (62,1%) e latifúndios (29%), sendo que as terras latifundiárias ocupavam 87% da área total dos imóveis rurais dessa região. Por outro lado, no Triângulo Mineiro, embora quase 40% dos estabelecimentos agrícolas possuíssem menos de 101 hectares de terras, o conjunto dessas pequenas e médias propriedades correspondia a apenas 4% da área total dos imóveis rurais da região, enquanto os latifúndios, que representavam pouco mais de 10% das propriedades agrícolas do Triângulo Mineiro, compreendiam 61% da extensão territorial total das terras inventariadas nessa região em 1920.

De outra parte, nas zonas cafeeiras Sul, Mata e Leste, onde as propriedades rurais com menos de 1.001 hectares eram predominantes, a desigualdade na distribuição da terra era relativamente menor, embora o valor do Gini de desigualdade fundiária nessas regiões não fosse desprezível (Tabela 9), principalmente no Sul de Minas, onde, como visto, a atividade pecuária era expressiva em 1920. A esse respeito, verifica-se na Figura 6 a existência de uma relação positiva entre o índice de desigualdade fun-

diária e a proporção do rebanho bovino na criação pecuária das regiões de Minas Gerais em 1920.

Figura 6 – Minas Gerais: participação do gado bovino na criação pecuária e desigualdade fundiária regional em 1920



Fonte: Tabelas 3 e 10.

A Figura 6 mostra nitidamente que, em 1920, a terra era mais desigualmente distribuída nas regiões de Minas Gerais onde a atividade pecuária, particularmente a criação de gado bovino, apresentava maior relevância econômica regional. Esse resultado não surpreende, pois as características da pecuária bovina exigem grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores, o que ajuda a explicar a maior concentração fundiária nas regiões pecuaristas. Por exemplo, em 1920, no Rio Grande do Sul, a região Sul do estado, também conhecida como Campanha gaúcha, concentrava grande parte (76,3%) do rebanho bovino estadual e apresentava o maior índice de desigualdade fundiária do Rio Grande do Sul (0,816), conforme demonstrou Albuquerque (2023). Semelhante situação foi observada na região do Planalto Serrano de Santa Catarina, onde a pecuária extensiva orientou o processo de organização e desenvolvimento econômico. Em 1920, o Planalto Serrano catarinense reunia quase 60% do total do gado bovino estadual e possuía uma alta desigualdade na distribuição da terra, como sugere o Gini de 0,685 (Vertello, 2022).

Nas zonas cafeeiras da Mata, Leste e Sul de Minas Gerais, verifica-se um índice de desigualdade fundiária relativamente menor (Tabela 9). Apesar da importância do café, essas regiões eram as principais áreas de produção de alimentos do estado mineiro em 1920. Somadas, as lavouras da zona da Mata, Leste e Sul de Minas ocupavam cerca de 40% da área total cultivada em Minas Gerais, exclusive o café. Enquanto o Leste possuía o segundo maior índice de diversificação agrícola do estado mineiro na época, o Sul e a Mata estavam entre as regiões com menor índice de diversificação na agricultura estadual, embora seus indicadores de diversificação agrícola estivessem longe de ser desprezíveis (Figura 4).

A próxima seção busca examinar a relação entre desigualdade na distribuição da propriedade da terra e produção agrícola regional no estado de Minas Gerais em 1920. Antes, porém, é importante advertir que os resultados dos índices de Gini apresentados anteriormente medem o grau de concentração da área total apropriada pelos proprietários de terra, ou seja, os não proprietários não foram incluídos nas estimativas. A inclusão dos não proprietários de terras elevaria o grau de concentração fundiária nos municípios e regiões mineiras.⁸

4. Desigualdade fundiária e estrutura produtiva agrícola do estado e regiões de Minas Gerais em 1920

Como visto, a propriedade da terra nas regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais era altamente desigual em 1920, sendo essas as regiões que apresentavam os maiores índices de desigualdade fundiária no estado mineiro naquele ano. Ainda assim, enquanto o Norte de Minas tinha o maior índice de diversificação agrícola estadual, o Noroeste mineiro possuía o segundo menor indicador de diversificação na agricultura de Minas Gerais. Esse contraste nos indicadores de diversificação agrícola parece estar relacionado às significativas diferenças na estrutura fundiária dessas duas regiões. Por exemplo, no Noroeste, os latifúndios representavam 29% dos imóveis rurais e compreendiam a maior parte (87%) da superfície territorial dos estabelecimentos agrícolas dessa região. As grandes propriedades, que correspondiam a mais de 60% dos imóveis rurais,

⁸ Os índices de Gini de concentração fundiária nos municípios de Minas Gerais em 1920 são apresentados na Tabela A3 do Apêndice.

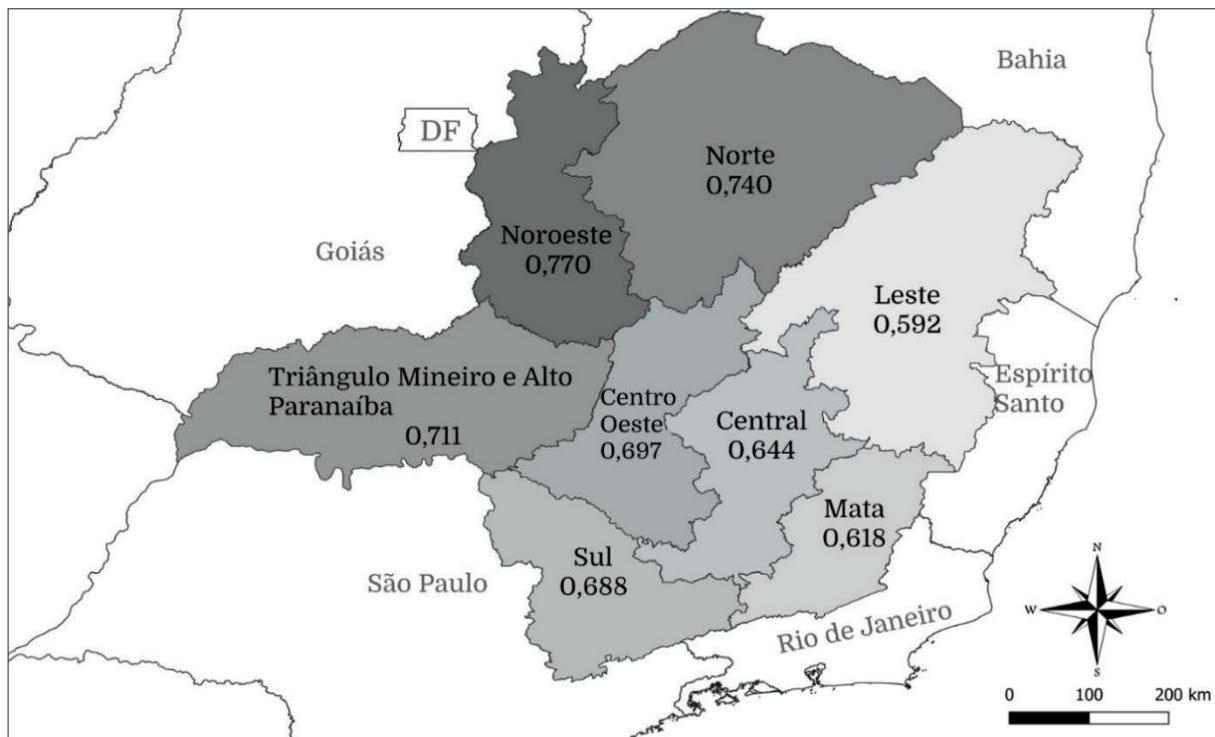
ocupavam pouco mais de um sétimo da área total dos latifúndios, enquanto as pequenas e médias propriedades compreendiam apenas 0,3% da soma da superfície territorial dos imóveis agrícolas do Noroeste de Minas em 1920.

Por outro lado, no Norte do estado mineiro, as propriedades agrícolas com menos de 1.001 hectares representavam 96,5% dos imóveis rurais dessa região e ocupavam praticamente a mesma extensão territorial dos latifúndios, onde na maioria das vezes a área cultivada é proporcionalmente menor do que nas pequenas e médias propriedades. Assim sendo, mesmo com um Gini elevado, em 1920, o Norte de Minas apresentava o maior índice de diversificação na agricultura mineira, sendo predominante nessa região os cultivos de milho, arroz, feijão, cana de açúcar, além de diversos gêneros agrícolas destinados ao abastecimento do mercado interno. Ainda assim, essa produção de gêneros comuns, produzidos em quase todas as regiões brasileiras, combinada à fraca integração comercial desses produtos nos circuitos exportadores da época, parece ter limitado o desenvolvimento econômico do Norte de Minas.

Na mesma época, no Noroeste de Minas Gerais, a pecuária parecia ser mais relevante economicamente, sobretudo a criação de gado bovino, que representava 83,1% dos rebanhos existentes nessa região. Semelhante situação é observada no Triângulo Mineiro, região com o terceiro maior índice de desigualdade fundiária de Minas Gerais em 1920. Convém observar que as características da criação bovina exigem grandes extensões de terras, bem como seu desenvolvimento requer áreas cada vez maiores, o que contribuiu para a maior concentração da propriedade fundiária nas regiões do Triângulo Mineiro e do Noroeste de Minas.

A criação de gado bovino também tinha importância na estrutura produtiva do Centro-Oeste de Minas Gerais, região onde, em 1920, a desigualdade fundiária era bastante elevada. Vale notar que as proximidades geográfica e sociocultural das regiões Centro-Oeste, Noroeste e Triângulo Mineiro pareciam exercer alguma influência na atividade econômica regional, afetando os indicadores de desigualdade fundiária (Figura 7) e diversificação agrícola dessas regiões (Figura 4), que são bastante similares.

Figura 7 – Gini de desigualdade fundiária nas regiões de Minas Gerais em 1920



Fonte: Tabela 9.

Diferentemente das regiões Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e Norte de Minas, onde, apesar da desigualdade na distribuição da propriedade da terra, encontravam-se altos índices de diversificação agrícola em 1920, no Sul de Minas o grau relativamente baixo de diversificação na agricultura estava aparentemente relacionado à maior desigualdade fundiária. Nota-se que no Sul de Minas, embora grande parte (72,7%) dos estabelecimentos rurais fosse de pequenas e médias propriedades, o Gini de 0,688 indica uma elevada desigualdade na distribuição da terra. Ao mesmo tempo, verifica-se uma diversificação da produção agrícola relativamente baixa nessa região. Esse contraste pode estar relacionado ao fato de que, em 1920, o Sul de Minas concentrava o segundo maior rebanho de gado bovino de Minas Gerais, além de ser o principal produtor de laticínios do estado mineiro. Além disso, na época, o Sul era uma das principais zonas cafeeiras e também o maior produtor de fumo de Minas Gerais. As características extensivas das atividades pecuária, cafeeira e fumageira ajudam a entender o fato de que, embora representassem pouco mais 25% dos imóveis rurais do Sul de Minas, as grandes propriedades

e latifúndios ocupavam uma área equivalente a quase 80% da extensão territorial total dos imóveis agrícolas do Sul de Minas.

Na região Central de Minas Gerais, a desigualdade fundiária era relativamente menor que a observada no Sul do estado mineiro. Entretanto, a estrutura fundiária, o índice de diversificação agrícola e a característica extensiva das principais atividades agropecuárias da região Central eram semelhantes às do Sul de Minas. Por exemplo, na área Central do estado mineiro, as pequenas e médias propriedades representavam mais da metade dos imóveis rurais, porém a extensão total das terras desses imóveis compreendia aproximadamente um oitavo da superfície territorial das grandes fazendas e latifúndios da região, que, em 1920, era a terceira maior produtora de laticínios de Minas Gerais. Além disso, a zona Central apresentava uma produção agrícola baseada nos cultivos de cana de açúcar e café, isto é, gêneros característicos da grande lavoura.

Não obstante, em 1920, as regiões mineiras que apresentavam os menores indicadores de desigualdade fundiária eram as zonas cafeeiras da Mata e Leste. No Leste ainda se encontrava o segundo maior índice de diversificação agrícola. Por outro lado, a zona da Mata, principal região cafeeira e segunda maior produtora de laticínios do estado mineiro em 1920, apresentava o menor índice de diversificação na produção agrícola estadual. Assim como no Sul de Minas, na zona da Mata o menor grau de diversificação agrícola parece estar relacionado à relevância da atividade pecuária na economia regional, bem como ao fato de que, quanto maior a participação da lavoura cafeeira na área plantada da região, menor era o grau de diversificação agrícola regional – ver Figura 5.

Em resumo, em 1920, o maior ou menor grau de diversificação agrícola nas regiões mineiras não parece estar associado a maior ou menor concentração fundiária. Esta, porém, parece ser mais acentuada nas regiões de Minas Gerais onde a atividade pecuária que envolvia a criação de bovinos e a produção de laticínios era mais relevante. Além disso, os indicadores calculados a partir dos dados censitários de 1920 corroboram a tese de que umas das principais características do desenvolvimento econômico de Minas Gerais é sua estrutura produtiva heterogênea com base econômica diversificada e dinâmica.

5. Conclusões

Os indicadores apresentados neste artigo levam a duas importantes conclusões. Em primeiro lugar, os índices de especialização e diversificação agrícola demonstram que, no estado mineiro, somente as zonas da Mata, Sul e Leste de Minas eram especializadas no cultivo do café em 1920. Ao mesmo tempo, verificou-se que a maior importância da produção cafeeira nessas regiões não resultou em baixa diversificação no cultivo agrícola, sendo o Leste a segunda região com o maior índice de diversificação na agricultura do estado mineiro na época. Nas zonas da Mata e Sul, a especialização quase exclusiva no cultivo do café limitou a diversificação agrícola nessas regiões. Ao mesmo tempo, Sul e Mata também estavam entre as principais regiões mineiras produtoras de laticínios, o que indica uma diversificação produtiva mais ampla.

Por outro lado, as regiões Triângulo Mineiro, Centro-Oeste, Norte e Noroeste de Minas possuíam especialização produtiva na agricultura não exportadora, isto é, no cultivo de milho, arroz, feijão e diversos gêneros agrícolas cujas produções eram basicamente destinadas ao abastecimento dos mercados nacional e estadual. Além disso, em 1920, as regiões Norte, Centro-Oeste e Triângulo Mineiro eram as zonas com os maiores índices de diversificação agrícola de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, essas três regiões destacavam-se no contexto da pecuária extensiva, principalmente na criação de gado bovino, atividade na qual o Norte, Centro-Oeste e Triângulo Mineiro possuíam especialização produtiva.

A segunda conclusão que os indicadores apresentados neste estudo permitem tirar diz respeito à desigualdade na distribuição da propriedade da terra. A partir dos dados extraídos do recenseamento agrícola do Brasil de 1920, verificou-se que, apesar do grande número de pequenas e médias propriedades na estrutura fundiária de Minas Gerais, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no conjunto do estado mineiro era bastante elevada, como demonstrou o índice Gini de 0,726. Ainda assim, esse resultado revela que, em 1920, a desigualdade fundiária em Minas Gerais era menor que a concentração fundiária entre proprietários de terras em São Paulo (0,766), Santa Catarina (0,766), Rio Grande do Sul (0,800) e Paraná (0,811) – ver Tabela A3 do Apêndice. É importante observar, ao contrário do que geralmente se supõe, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra nos estados do sul do Brasil não era

menor que na região Sudeste do país nas primeiras décadas do século XX. Além disso, considerando a inércia da mudança na estrutura fundiária brasileira, é razoável supor que a concentração fundiária em 1920 era, em grande medida, semelhante à desigualdade na distribuição da propriedade da terra nas últimas décadas do século XIX.

Regionalmente, verificou-se uma maior desigualdade fundiária nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro, enquanto as zonas cafeeiras Mata e Leste apresentaram os menores índices de Gini do estado mineiro em 1920. Cabe destacar que no Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas a pecuária tinha grande importância relativa na economia local. A disparidade na distribuição da propriedade da terra nessas regiões não é surpreendente, uma vez que as características da atividade pecuária extensiva contribuem para a maior concentração da propriedade fundiária. Por outro lado, é surpreendente o fato de as zonas cafeeiras da Mata e Leste apresentarem os menores índices de desigualdade fundiária de Minas Gerais em 1920, uma vez que no Brasil geralmente se associa agricultura exportadora a latifúndio e este à concentração da propriedade da terra. Porém, nota-se que, no estado de Minas Gerais, o café era predominantemente cultivado em pequenas e médias propriedades, isto é, em imóveis rurais com menos de 101 hectares, e em fazendas com área entre 101 e 1.001 hectares, sendo estas predominantes em relação àquelas. Os latifúndios ocupavam a menor parcela da área cultivada nas zonas cafeeiras da Mata e Leste de Minas Gerais.

Situação semelhante é observada no Sul de Minas, onde, apesar da maior desigualdade fundiária, o café era predominantemente cultivado em propriedades com menos de 1.001 hectares de terras. Assim sendo, é provável que a maior desigualdade fundiária no Sul de Minas, segunda maior região produtora de café do estado mineiro em 1920, esteja relacionada ao fato de essa região também apresentar uma alta atividade pecuária, concentrando, nessa época, o segundo maior rebanho bovino do estado de Minas Gerais e ocupando o primeiro lugar entre as regiões mineiras produtoras de laticínios.

Por fim, merece ser destacado o fato de o Leste de Minas Gerais, terceira maior região cafeeira do estado mineiro, apresentar o segundo maior índice de diversificação agrícola estadual em 1920, atrás do Norte de Minas, que, ao contrário do Leste, apresentava uma alta desigualdade

fundiária. O Triângulo Mineiro, que possuía o terceiro maior índice de concentração fundiária estadual na época, estava entre as zonas com os maiores índices de diversificação agrícola de Minas Gerais em 1920. Portanto, o maior ou menor grau de diversificação na agricultura mineira não parece estar relacionado com o maior ou menor grau de desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Por outro lado, a maior ou menor intensidade da atividade pecuária parece influenciar no grau de concentração fundiária regional, como nos casos das regiões Triângulo Mineiro, Centro-Oeste, Noroeste e Sul de Minas.

Referências

ALBUQUERQUE, R. S. de. Estrutura da produção agropecuária e desigualdade na distribuição da propriedade da terra no Rio Grande do Sul em 1920. Ouro Preto: UFOP, 2023 (Monografia de Graduação em Economia da UFOP).

ALMEIDA, C. M. C. de. Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001 (Tese de Doutorado da UFF).

BRASIL. *Recenseamento do Brasil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

BRASIL. *Recenseamento do Brasil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 2ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

CARRARA, A. A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CHAVES, C. M. das G. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

COLISTETE, R. P. Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, p. 331-354, 2015.

CORRÊA DO LAGO, L. A. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FERREIRA, L. M. da S. Estrutura fundiária e concentração da propriedade da terra na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. *Estudos Econômicos*, v. 50 n. 3, p. 485-512, 2020.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Nacional, 2005.

GUIMARÃES, C. M.; REIS, L. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, n. 2, p. 85-99, 1988.

HOFFMANN, R. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 9, n. 3, p. 719-738, 1979.

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda, medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil 1808-1842*. São Paulo: Símbolos, 1979.

LIBBY, D. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo. Brasiliense, 1988.

MARTINS, R. B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.

MILLIET, S. O Desenvolvimento da Pequena Propriedade no Estado de São Paulo. In: MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: BIPA, p. 73-121, 1946.

PAIVA, C. A. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 34, n. 1, p. 89-102, 2006.

PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese de doutorado em Economia da USP).

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Território de contrastes economia e sociedade das minas gerais do século XIX. X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, p. 1-58, 2002.

PRADO JR., C. Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, v. 3, n. 29, p. 692-700, 1945.

PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, E. J.; PIMENTEL, M.; ALVARENGA, A. I.; SANTOS, M. C. H. Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. PASSADO PRESENTE NOS VELHOS MAPAS: CONHECIMENTO E PODER, Paraty, 2011.

RODARTE, M. M. S.; PAULA, J. A. de; SIMÕES, R. F. Redes de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História Econômica & História de Empresas*, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004.

SINGH, J.; DHILLON, S. *Agricultural geography*. New Dheli: Tata McGraw-Hill, 2004.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VERTELLO, S. J. V. Estrutura da produção agropecuária e desigualdade fundiária no estado de Santa Catarina em 1920. Ouro Preto: UFOP, 2022 (Monografia de Graduação em Economia da UFOP).

WIRTH, J. D. *Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Apêndice

Quadro A1 – Regiões e municípios do estado de Minas Gerais em 1920	
Regiões	Municípios
Central	Barbacena, Bello Horizonte, Bomfim, Caethé, Conceição do Serro, Contagem, Entre Rios, Itabira, Lagôa Dourada, Marianna, Ouro Preto, Pará, Paraopeba, Pequy, Pitangy, Prados, Queluz, Rio Piracicaba, Sabará, Sant'Anna dos Ferros, Santa Barbara, Santa Quitéria, Santa Luzia do Rio das Velhas, São Domingos do Prata, São João d'El-Rey, Serro, Sete Lagôas, Tiradentes, Villa Nepomuceno, Villa Nova de Lima e Villa Rezende Costa.
Sul	Aguas Virtuosas, Alfenas, Arceburgo, Areado, Ayuruoca, Baependy, Cabo Verde, Caldas, Cambuhy, Campanha, Campestre, Campos Gerais, Caracol, Carmo do Rio Claro, Cassia, Caxambú, Christina, Conceição do Rio Verde, Dôres da Bôa Esperança, Eloy Mendes, Extrema, Guaranésia, Guaxupé, Itajubá, Jacuhy, Jacutinga, Jaguary, Lavras, Maria da Fé, Monte Santo, Muzambinho, Ouro Fino, Paraguassú, Paraisópolis, Passa Quatro, Passos, Pedra Branca, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucahy, São Gonçalo do Sapucahy, São Sebastião do Paraíso, Silvanópolis, São José dos Botelhos, Sylvestre Ferraz, Três Corações do Rio Verde, Três Pontas, Turvo, Varginha, Villa Braz, Villa de Cambuquira, Villa Nova de Rezende e Virginia.
Centro-Oeste	Abaeté, Aparecida de Claudio, Bambuhy, Bom Despacho, Bom Sucesso, Campo Bello, Curvello, Divinópolis, Dôres do Indayá, Formiga, Itapeçerica, Itaúna, Oliveira, Passa Tempo, Perdões, Piumhy e Santo Antônio do Monte.
Leste	Aymorés, Antônio Dias, Arassuahy, Capelinha, Caratinga, Diamantina, Fortaleza, Jequitinhonha, Minas Novas, Peçanha, Rio José Pedro, São João Baptista, São João Evangelista, São Manuel do Mutum, São Miguel de Guanhões e Theophilo Ottoni.
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Abadia do Bom Sucesso, Araguary, Araxá, Carmo Paranahyba, Conquista, Estrella do Sul, Fructal, Ituyutaba, Monte Alegre, Monte Carmello, Patos, Patrocínio, Prata, Sacramento, São Gothardo, Uberaba e Uberabinha.
Mata	Abre Campo, Alvinópolis, Alto Rio Doce, Carangola, Cataguases, Guarany, Guarará, Juiz de Fora, Leopoldina, Lima Duarte, Manhuassú, Mar de Hespanha, Mercês, Palma, Palmyra, Piranga, Pomba, Ponte Nova, Rio Branco, Rio Casca, Rio Novo, Rio Preto, São João Nepomuceno, São José d'Além Parahyba, São Manoel, São Paulo do Muriahé, Ubá, Viçosa e Villa Rio Espera.
Norte	Bôa Vista do Tremedal, Bocayuva, Grão Mogol, Inconfidência, Januária, Montes Claros, Pirapora, Rio Pardo, Salinas, São Francisco e Villa Brazilia.
Noroeste	João Pinheiro e Paracatu

Fonte: elaboração dos autores a partir das informações da base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados referentes às Áreas Mínimas Comparáveis (AMC) para 1920, disponibilizados no Ipeadata.

Tabela A1 – Minas Gerais: diversificação da produção agrícola regional em 1920

Regiões/MG	Índice de diversificação agrícola
Norte	0,862
Leste	0,815
Centro-Oeste	0,806
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,805
Sul	0,773
Central	0,770
Noroeste	0,763
Mata	0,715
Minas Gerais	0,807

Fonte: elaboração dos autores a partir do censo agropecuário brasileiro de 1920 (Brasil, 1924, p. 369-381).

Tabela A2 – Minas Gerais: Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios mineiros em 1920

Município	Gini	Município	Gini
Abaeté	0,68	Campestre	0,76
Abadia do Bom Sucesso	0,63	Campo Bello	0,63
Abre Campo	0,53	Campos Geraes	0,68
Águas Virtuosas	0,62	Capelinha	0,55
Alfenas	0,63	Caracol	0,69
Alto Rio Doce	0,47	Carangola	0,57
Alvinópolis	0,53	Caratinga	0,49
Antonio Dias	0,46	Carmo do Paranaíba	0,64
Apparecida do Claudio	0,61	Carmo do Rio Claro	0,72
Araguary	0,63	Cassia	0,55
Arassuaçu	0,57	Cataguazes	0,62
Araxá	0,73	Caxambú	0,61
Arceburgo	0,70	Christina	0,57
Areão	0,60	Conceição do Rio Verde	0,66
Aymorés	0,46	Conceição do Serro	0,54

(continua)

Tabela A2 – Minas Gerais: Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios mineiros em 1920

Município	Gini	Município	Gini
Ayuruoca	0,53	Conquista	0,67
Baependy	0,64	Contagem	0,62
Bambuhy	0,65	Curvello	0,78
Barbacena	0,63	Diamantina	0,79
Bello Horizonte	0,73	Divinópolis	0,64
Bôa Vista do Tremedal	0,45	Dôres da Bôa Esperança	0,76
Bocayuva	0,86	Dôres do Indayá	0,70
Bom Despacho	0,66	Eloy Mendes	0,74
Bom Sucesso	0,60	Entre Rios	0,62
Bomfim	0,54	Estrella do Sul	0,59
Cabo Verde	0,60	Extrema	0,60
Caethé	0,68	Formiga	0,66
Caldas	0,66	Fortaleza	0,60
Cambuhy	0,60	Fructal	0,70
Campanha	0,60	Grão Mogol	0,52
Município	Gini	Município	Gini
Guaranesia	0,66	Pequy	0,67
Guarany	0,59	Perdões	0,54
Guarará	0,64	Piranga	0,46
Guaxupé	0,69	Pirapora	0,82
Inconfidencia	0,69	Pitanguy	0,70
Itabira	0,48	Piumhy	0,61
Itajubá	0,66	Poços de Caldas	0,65
Itapecerica	0,54	Pomba	0,57
Itaúna	0,66	Ponte Nova	0,63
Ituyutaba	0,70	Pouso Alegre	0,63
Jacuhy	0,58	Pouso Alto	0,64
Jacutinga	0,61	Prados	0,52
Jaguary	0,68	Prata	0,67
Januaria	0,73	Queluz	0,50

(continua)

Tabela A2 – Minas Gerais: Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios mineiros em 1920

Município	Gini	Município	Gini
João Pinheiro	0,81	Rio Branco	0,60
Juiz de Fora	0,65	Rio Casca	0,60
Lagôa Dourada	0,50	Rio José Pedro	0,57
Lavras	0,60	Rio Novo	0,63
Leopoldina	0,62	Rio Pardo	0,43
Lima Duarte	0,56	Rio Piracicaba	0,54
Manhuassú	0,51	Rio Preto	0,57
Mar de Hespanha	0,63	Sabará	0,67
Maria da Fé	0,55	Sacramento	0,71
Marianna	0,66	Salinas	0,49
Mercês	0,56	Santa Barbara	0,69
Minas Novas	0,56	Santa Luzia do Rio das Velhas	0,73
Monte Alegre	0,71	Santa Quitéria	0,74
Monte Carmello	0,64	Santa Rita do Sapucahy	0,57
Monte Santo	0,65	Sant'Anna dos Ferros	0,56
Montes Claros	0,65	Santo Antonio do Machado	0,68
Muzambinho	0,64	Santo Antonio do Monte	0,62
Oliveira	0,63	São Domingos do Prata	0,56
Ouro Fino	0,63	São Francisco	0,65
Ouro Preto	0,67	São Gonçalo do Sapucahy	0,59
Palma	0,59	São Gothardo	0,68
Palmyra	0,60	São João Baptista	0,55
Pará	0,59	São João d'El-Rey	0,59
Paracatú	0,69	São João Evangelista	0,51
Paraguassú	0,71	São João Nepomuceno	0,61
Paraisópolis	0,66	São José d'Além Parahyba	0,65
Paraopeba	0,83	São José dos Botelhos	0,65
Passa Quatro	0,67	São Manoel	0,63
Passa Tempo	0,63	São Manoel do Mutum	0,50
Passos	0,60	São Miguel de Guanhões	0,54

(continua)

Tabela A2 – Minas Gerais: Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras nos municípios mineiros em 1920

Município	Gini	Município	Gini
Patos	0,76	São Paulo do Muriaé	0,59
Patrocínio	0,64	São Sebastião do Paraíso	0,68
Peçanha	0,52	Serro	0,56
Pedra Branca	0,62	Sete Lagoas	0,70
Município	Gini	Município	Gini
Silvianópolis	0,57	Viçosa	0,55
Sylvestre Ferraz	0,64	Villa Braz	0,57
Theophilo Ottoni	0,47	Villa Brazilia	0,53
Tiradentes	0,50	Villa de Cambuquira	0,55
Tres Corações do Rio Verde	0,64	Villa do Rio Espera	0,48
Tres Pontas	0,72	Villa Jequitinhonha	0,54
Turvo	0,57	Villa Nepomuceno	0,61
Ubá	0,64	Villa Nova de Lima	0,82
Uberaba	0,69	Villa Nova de Rezende	0,59
Uberabinha	0,74	Villa Rezende Costa	0,35
Varginha	0,73	Virginia	0,57

Fonte: elaboração dos autores a partir do censo agrícola brasileiro de 1920 (Brasil, 1924, p. 153-163).

Tabela A3 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras no Brasil e Unidades da Federação, 1920

Brasil/UFs	Gini
Brasil	0,835
Espírito Santo	0,567
Pernambuco	0,627
Ceará	0,721
Rio de Janeiro	0,724
Rio Grande do Norte	0,724
Alagoas	0,725
Minas Gerais	0,726
Maranhão	0,742

(continua)

Tabela A3 – Gini de concentração fundiária entre proprietários de terras no Brasil e Unidades da Federação, 1920

Brasil/UFs	Gini
Paraíba	0,747
Sergipe	0,761
Mato Grosso	0,761
São Paulo	0,766
Santa Catarina	0,766
Goiás	0,784
Rio Grande do Sul	0,800
Paraná	0,811
Bahia	0,811
Piauí	0,821
Distrito Federal	0,835
Pará	0,877
Amazonas	0,902
Território do Acre	0,937

Fonte: Ferreira (2020, p. 512).